

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

# FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho Curador, Conselho Fiscal e a Diretoria da  
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

# FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	51	520
Recursos vinculados	4	4.745	279
Créditos diversos	5	665	260
Títulos e valores mobiliários (fundo patrimonial)	6	709.554	622.828
Total do ativo circulante		715.015	623.887
Não circulante			
Depósitos judiciais	10	6.223	6.223
Imobilizado líquido	7	877	1.294
Intangível líquido		6	9
Total do ativo não circulante		7.106	7.526
Total do ativo		722.121	631.413

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

### Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar		1	2
Obrigações trabalhistas	8	1.023	1.131
Recursos a aplicar	4	4.745	279
Passivo de arrendamento	9	300	277
Total do passivo circulante		6.069	1.689
<b>Não circulante</b>			
Provisão para contingências	10	6.223	6.223
Passivo de arrendamento	9	300	600
Total do passivo não circulante		6.523	6.823
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	11	622.901	652.645
Superávit/(déficit) do exercício	11	86.628	(29.744)
Total do patrimônio líquido		709.529	622.901
Total do passivo e patrimônio líquido		722.121	631.413

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Receitas operacionais			
Doações	14.1	4.232	2.577
Outras receitas das atividades	14.2	195	112
Trabalho voluntário	2.5 i / 14.3	2.000	1.379
		<u>6.427</u>	<u>4.068</u>
Custos das atividades sociais			
Assessoramento, defesa e garantia de direitos			
Custos com programas e projetos			
Pessoal	15/16	(6.176)	(5.620)
Serviços de terceiros	15	(13.178)	(11.112)
Viagens	15	(1.532)	(1.441)
Patrocínios e doações	15	(3.761)	(3.849)
Impostos e taxas	15	(17)	(20)
Trabalho voluntário	15	(1.180)	(418)
		<u>(25.844)</u>	<u>(22.460)</u>
Despesas administrativas			
Pessoal	16	(2.982)	(3.336)
Gerais e administrativas	17	(701)	(667)
Serviços de terceiros	18	(822)	(858)
Viagens	-	(148)	(130)
Impostos e taxas	-	(9)	(11)
Depreciação e amortização	-	(471)	(520)
Trabalho voluntário	2.5 i	(820)	(961)
		<u>(5.953)</u>	<u>(6.483)</u>
Receitas/(despesas) financeiras			
Despesas financeiras	19	(11.176)	(46.529)
Receitas financeiras	19	123.174	41.660
		<u>111.998</u>	<u>(4.869)</u>
Superávit/(déficit) do exercício		<u>86.628</u>	<u>(29.744)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	2025	2024
Superávit/(déficit) do exercício	86.628	(29.744)
Itens abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>86.628</u>	<u>(29.744)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

# FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	590.925	61.720	652.645
Incorporação do superávit	61.720	(61.720)	-
Déficit do exercício	-	(29.744)	(29.744)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	652.645	(29.744)	622.901
Incorporação do superávit	(29.744)	(29.744)	-
Superávit do exercício	-	86.628	86.628
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	622.901	86.628	709.529

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	86.628	(29.744)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit do exercício com o fluxo de caixa		
Depreciações e amortizações	471	520
Valor residual de ativo imobilizado baixado	5	22
Resultado da avaliação ao valor justo das aplicações em fundos de investimentos (fundo patrimonial)	(111.998)	4.869
Provisão para contingências	-	-
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos		
Recursos vinculados	(4.466)	1.312
Créditos diversos	(405)	16
Depósitos judiciais	-	-
(Decréscimo) / acréscimo em passivos		
Contas a pagar	(1)	(43)
Obrigações trabalhistas	(108)	199
Recursos a aplicar	4.466	(1.312)
Passivo de arrendamento	(277)	(284)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(25.685)	(24.445)
Atividades de investimento		
(Acrécimo)/decrécimo do imobilizado e intangível	(50)	48
Decréscimo em títulos e valores mobiliários (fundo patrimonial)	50.951	48.968
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	25.216	24.571
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(469)	126
No início do exercício	520	394
No final do exercício	51	520
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(469)	126

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal ("Fundação" e/ou "FMCSV"), localizada na Rua Campos Bicudo, 98 - cjs 11 e 12, Itaim Bibi, São Paulo - SP, foi instituída em 28 de junho de 1965, sendo uma fundação sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Inicialmente tinha por finalidade a prestação da assistência social e à saúde, bem como a promoção da educação, da cultura e da proteção ao meio ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A Hematologia foi a área original de atuação da FMCSV, que hoje está sob responsabilidade do Hospital das Clínicas, através da Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Em 2006 FMCSV cedeu, em regime de comodato, equipamentos para o Serviço de Hematologia e atuou em projetos para a adequação do espaço físico do Hospital das Clínicas. Em 2023 a Fundação doou definitivamente os equipamentos para o Hospital das Clínicas.

Em 2006 a FMCSV formalizou em seu estatuto social um fundo patrimonial, com vistas a gerar receitas para a consecução de seu objeto social, e para a perpetuação de suas atividades e de seu patrimônio. Parcela dos ativos que compõem o fundo patrimonial é resgatada anualmente e destinada exclusivamente para materializar seu objeto social e arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades.

Em 2007, a constatação de que as experiências nos primeiros anos de vida são determinantes para o crescimento e o desenvolvimento da criança e da sociedade colocam a Primeira Infância (período que vai da gestação aos seis anos de idade) como foco predominante das atividades da FMCSV.

Atualmente a FMCSV tem como objeto social a promoção de atividades e ações cuja finalidades sejam de relevância pública e social, especialmente a promoção de assistência social, de forma continuada, permanente e planejada, bem como no âmbito da educação, cultura e direitos humanos universais visando à melhoria da qualidade de vida da população brasileira, tendo como público-alvo crianças e adolescentes, com enfoque prioritário no desenvolvimento integral da primeira infância (0 a 6 anos).

Como entidade de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social, as atividades da FMCSV se organizam em estratégias de atuação, possibilitando a organização das iniciativas voltadas à elaboração e disseminação do conhecimento de forma mais estratégica e eficaz, observando a Lei Complementar 187/2020, a Resolução CNAS nº 27/2011 e Nota técnica em 01/2018 do Ministério da Cidadania.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

O detalhamento das estratégias de atuação da Fundação encontra-se no Relatório de atividades 2025 no site da FMCSV (<https://fundacaomariacecilia.org.br/>).

Na Nota Explicativa nº. 14 e no relatório de atividades da Fundação estão detalhados os principais projetos realizados em 2025.

O modelo de trabalho da FMCSV contempla sempre o planejamento das ações, o estabelecimento de parcerias para aumentar o investimento e o alcance, o monitoramento e a avaliação de impacto de seus projetos. Esses procedimentos são considerados fundamentais para a realização de um investimento social inteligente e eficaz.

Lei complementar n 224/2025

A Lei Complementar 224/2025 de 26 de dezembro de 2025 trata da redução de benefícios fiscais federais, quais sejam:

- I Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (Contribuição para o PIS/Pasep-Importação);
- II Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação);
- III Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- IV Imposto de Importação (II);
- V Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- VI Contribuição previdenciária do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada.

A nova lei complementar tem potencial de gerar impacto em organizações isentas, no que tange à fruição de isenção tributária nos tributos acima. Entretanto, o próprio texto da lei traz a não aplicabilidade da norma frente as imunidades constitucionais nos termos do inciso I do § 8º do artigo 4º.

A Lei complementar não atinge a Fundação pois ela faz parte do rol das instituições alcançadas pela imunidade constitucional do artigo 150,VI, c, além da imunidade em relação as contribuições sociais nos termos da Lei Complementar 187/2021. A Fundação possui a certificação federal do CEBAS, entre outras chancelas públicas que trazem ainda mais robustez para seu status de imune, tais como reconhecimento municipal do conselho municipal de assistência social, conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, reconhecimento pela Secretaria da Fazenda Estadual e Regularidade Cadastral da Controladoria geral do Estado de São Paulo entre outras chancelas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas financeiras adotadas

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da FMCSV para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislações específicas para entidades filantrópicas.

As demonstrações financeiras da FMCSV para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela administração em 24 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da FMCSV é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores quando efetivamente apurados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.5. Principais políticas financeiras adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas financeiras adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são:

a. Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As doações e contribuições espontâneas são registradas quando recebidas. As receitas e despesas restritas aos projetos, assim como as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. O superávit ou déficit referente às atividades da FMCSV é incorporado ao patrimônio social somente ao término de cada exercício social após reunião de aprovação pelo Conselho de Curadores.

(i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente os rendimentos financeiros - Títulos e valores mobiliários (fundo patrimonial) e as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as perdas sobre os rendimentos financeiros - Títulos e valores mobiliários (Fundo Patrimonial) e as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da FMCSV e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a FMCSV possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. Também incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou realização.

d. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras por meio de certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos, que estão classificados ao seu valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

e. Imobilizado líquido

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Arrendamento mercantil

A Fundação avalia se um contrato é ou contém arrendamento, se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial.

No início de um contrato de arrendamento, as organizações arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Atualmente a Fundação possui arrendamento apenas do escritório, pois possui um contrato de aluguel de longo prazo e alto valor.

#### Ativos de direito de uso

O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) descontos negociados com o proprietário do imóvel (iii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iv) custos diretos incorridos; e (v) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável.

#### (iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 anos
Laboratório	10 anos
Direitos de uso de imóvel	Prazo do contrato

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### f. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens/direitos de uso dos softwares.

#### g. Instrumentos financeiros

##### (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial, quando a FMCSV for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da FMCSV incluem: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados (aportes de parceiros para projetos restritos e não executados), títulos e valores mobiliários (fundo patrimonial) e créditos diversos.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Alterações no valor de ativos financeiros registrados pelo valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. A FMCSV determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da FMCSV incluem: contas a pagar, passivo de arrendamento e recursos a aplicar (aportes de parceiros para projetos restritos e não executados), são acrescidos dos custos das transações diretamente relacionados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

h. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da FMCSV não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

(ii) Demais ativos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

(iii) Provisões e demais passivos

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a FMCSV possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e provável um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a FMCSV valora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive o trabalho não remunerado dos membros integrantes de órgãos da administração, mensurando-as ao seu valor justo considerando os montantes que a FMCSV haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais e custos de projetos também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2025 a FMCSV registrou o montante de R\$ 2.000 (R\$ 1.379 em 2024) referente a trabalhos voluntários.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A FMCSV apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito.

A FMCSV apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da FMCSV, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 20.

k. Estrutura do gerenciamento de risco financeiro

Os processos de gerenciamento de risco são estabelecidos nos documentos "Política de Investimentos" e "Procedimentos para Investimento" da FMCSV (conjuntamente designados como "Política e Procedimentos de Investimentos") com o objetivo de identificar, analisar os riscos enfrentados e definir parâmetros. A Política e Procedimentos de Investimentos e os processos de gerenciamento de riscos são revisados regularmente pelo Comitê de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Curadores para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da FMCSV. O acompanhamento do gerenciamento de risco é feito por um consultor de risco independente.

2.6. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

## 2.7. Normas emitidas ainda não vigentes

As normas abaixo relacionadas, efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Fundação:

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

- Alterações ao IFRS 7 e IAS 7: em maio de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação). Estas mudanças visam esclarecer as características dos acordos de financiamento de fornecedores e impõem requisitos adicionais de divulgação. O objetivo principal das alterações é fornecer informações mais detalhadas para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os impactos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade;
- Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 (R1): o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações ao IAS 1 ((equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis)) em janeiro de 2020 e outubro de 2022, afetando os parágrafos 69 a 76. Estas alterações visam esclarecer os requisitos de classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, abordando os seguintes pontos:
  - ✓ Definição do que constitui o direito de adiar a liquidação;
  - ✓ Estabelecimento de que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações financeiras;
  - ✓ Esclarecimento de que a classificação não é influenciada pela probabilidade de a entidade exercer o direito de adiar;
  - ✓ Que apenas se um derivativo embutido em um passivo conversível for considerado um instrumento de patrimônio, os termos do passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo resultante de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Fundação.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa - Recursos sem restrição	5	10
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) - sem restrição	46	510
	<u>51</u>	<u>520</u>

## FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A aplicação é de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Esse investimento financeiro refere-se substancialmente à operação de CDB junto ao Banco Itaú e é remunerado à taxa média de 100% em 2025 (100% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A receita de rendimentos financeiros - aplicações financeiras auferida em 2024 foi de R\$ 972 (R\$ 744 em 2023).

### 4. Recursos vinculados e recursos a aplicar

	2025	2024
Projeto Território Ceará (Porticus)	-	153
Projeto NCPI (Porticus)	-	126
Projeto NCPI (Movimento Bem Maior)	-	-
Projeto NCPI (Bernard van Leer)	1.662	-
Projeto Pré-Escola nos Estados (Bernard van Leer)	188	-
Projeto QEDU (Bernard van Leer)	30	-
Projeto Pré-Escola nos Estados (Vélezreyes)	491	-
Quanto mais cedo, maior (Bernard van Leer)	494	-
Projeto Pré-Escola nos Estados (Natura)	300	-
Exposição Primeiras infâncias Brasileiras (Brazil Foundation - Stardust)	1.330	-
Quanto mais cedo, maior (Instituto tecendo Infâncias)	250	-
	<u>4.745</u>	<u>279</u>

Os recursos vinculados e a aplicar referem-se a valores recebidos e a receber pela FMCSV e com destinação contratual expressa que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados a que se referem. Alguns recursos vinculados possuem contas bancárias próprias e outros estão na conta principal da Fundação.

### 5. Créditos diversos

	2025	2024
Adiantamento de Fornecedores	67	25
Adiantamento de férias de funcionários	26	-
Impostos a recuperar	6	57
Despesas antecipadas	563	175
Seguros a vencer	3	3
	<u>665</u>	<u>260</u>

Em 2025 a Fundação pagou de forma antecipada fornecedores de mídias, tais como Facebook e Google. Além disso, antecipou o pagamento de fornecedores do Simpósio NCPI e do Prêmio de Jornalista 2026. Também adiantou o valor de vale alimentação de funcionários referente ao mês de janeiro 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 6. Títulos e valores mobiliários (Fundo Patrimonial)

	2025	2024
Títulos públicos	215.551	177.895
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa	185.176	179.295
Cotas de Fundos de Investimentos - Multimercados	122.539	113.053
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Variável	149.627	123.685
Cotas de Fundos de Investimentos - Outros (FIP, FII)	16.668	14.073
Outros ativos e passivos, líquidos	19.993	14.827
	<u>709.554</u>	<u>622.828</u>

O Fundo Patrimonial da FMCSV é investido respeitando a Política e os Procedimentos para Investimentos e estrutura de governança, que estabelecem os parâmetros para a alocação de recursos entre os diferentes gestores profissionais e o monitoramento do risco financeiro de modo que os ativos financeiros sejam geridos de forma prudente com o objetivo de perpetuidade da FMCSV e do seu Fundo Patrimonial.

A Política e os Procedimentos para Investimentos determinam uma gestão baseada em metas de rentabilidade, risco de perda de valor nominal do Fundo Patrimonial e limites de alocação em ativos de acordo com a sua classe de risco. Estes limites definem que a maior parte dos recursos seja alocada em ativos de renda fixa, tais como fundos e títulos de renda fixa indexados ao CDI, títulos públicos de renda fixa indexados à inflação (Notas do Tesouro Nacional - Série B), outros títulos públicos e, em menor volume, títulos de renda fixa de emissão privada com alto grau de investimento e baixo risco de crédito.

Um percentual menor dos recursos do Fundo Patrimonial é direcionado para: 1) fundos de renda variável cujo objetivo de investimento é obter rentabilidade semelhante ou maior que o IBRX-50 (Índice Brasil 50), composto pelas 50 ações mais líquidas da B3; 2) fundos de renda variável de gestão ativa abertos para o mercado cujo objetivo é obter retorno mais consistente que o índice de mercado, investindo em ações de empresas com boa gestão e governança e perspectivas de crescimento e 3) fundos multimercado abertos para o mercado cujo objetivo é a geração de resultados positivos para os cotistas independente das condições de mercado de classes de risco específicas.

Tanto as cotas de fundos investidos como os ativos financeiros que compõem o Fundo Patrimonial são avaliados de acordo com os critérios e os procedimentos estabelecidos pela regulamentação em vigor. Referidos parâmetros, tais como o de marcação a mercado, podem causar variações nos valores dos referidos ativos, podendo resultar em ganhos ou perdas no valor das cotas.

A Fundação investe através dos fundos exclusivos demonstrados na tabela a seguir:

## FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Solum Fundo de Investimento Multimercado (i) (a)	239.918	212.908
Ceres Fundo de Investimento Multimercado (ii) (b)	315.389	276.397
JGP Solum Fundo de Investimento Multimercado (iii) (c)	154.247	133.523
	<u>709.554</u>	<u>622.828</u>

- (a) O fundo teve suas demonstrações financeiras encerradas em 31/08/2025 auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado de 25 de novembro de 2025;
- (b) O fundo teve suas demonstrações financeiras encerradas em 30/09/2025 auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado de 16 de dezembro de 2025;
- (c) O fundo teve suas demonstrações financeiras encerradas em 30/09/2025 auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado de 29 de dezembro de 2025.

Por sua vez, esses fundos de investimentos efetuam aplicações em cotas de outros fundos e possuem ativos e passivos conforme demonstrado:

#### (i) Composição do Solum Fundo de Investimento Multimercado

	2025	2024
Títulos Públicos	125.280	95.470
Itaú Soberano Renda Fixa Simples - FIC de fundos de investimento renda fixa	16.652	22.677
Oceana Pwm - FIC de fundos de investimento em ações	8.390	9.229
Capstone Macro Pwm - FIC de fundos de investimento multimercado	13.896	11.903
Kapitalo Pwm - FIC de fundos de investimento multimercado	10.347	8.652
Núcleo Pwm - FIC de fundos de investimento em ações	-	3.577
Clave Alpha Macro Pwm - FIC de fundos de investimento multimercado	-	7.298
Copa V Feeder Private - fundo de investimento em participações	1.466	1.173
Itaú Custódia Renda Fixa Curto Prazo Caixa - fundo de investimento renda fixa	5.372	1.828
SPX Falcon Pwm - FIC de fundos de investimento em ações	8.797	10.543
ATMR III - FIC de fundos de investimento em ações	8.041	5.723
PWM D - FIC de fundos de investimento em ações	9.990	7.242
Perfin Voyager - fundo de investimento em participações	1.222	737
Perfin Space X - fundo de investimento em participações	154	129
Nimitz SPX - FIC de fundos de investimento multimercado	8.465	7.640
Mission 1.1 Multiestratégia - fundo de investimento em participações	772	529
Austral II - fundo de investimento em participações	1.060	820
Sharp Long Biased PWM - FIC de fundos de investimento em ações	5.610	4.043
Perfin Infra II Feeder Institucional - fundo de investimento em participações	909	76
Squadra Long Biased PWM - FIC de fundos de investimento em ações	7.816	8.549
Perfin Mariner IV - fundo de investimento em participações	700	
Perfin Mariner - fundo de investimento em participações	145	754
Outros ativos e passivos, líquidos	4.834	4.315
	<u>239.918</u>	<u>212.907</u>

## FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

#### (ii) Composição do Ceres - Fundo de Investimento em Cotas FI Multimercado

	2025	2024
Títulos Públicos	613	537
Liber - FIC de fundos de investimento renda fixa	110.463	97.764
Honor - FIC de fundos de investimento em ações	82.259	61.032
Ares - FIC de fundos de investimento multimercado	32.484	30.877
Ares 2 - FIC de fundos de investimento multimercado	19.625	11.753
Bônus - fundo de investimento renda fixa	3.165	572
Efficax - fundo de investimento renda fixa crédito privado	38.871	47.235
Sunion - FIC de fundos de investimento multimercado	16.345	15.593
Itaú Custódia Cash Renda Fixa Crédito Privado - fundo de investimento renda fixa	18	21
Crescera Growth Capital V Feeder I - fundo de investimento em participações	1.719	1.668
Hedge Paladin Design Office - fundo de investimento imobiliário	407	306
Perfin 2 Mercury - fundo de investimento em participações	-	284
Perfin Comercury - fundo de investimento em participações	0,5	183
Perfin Voyager - fundo de investimento em participações	347	208
Perfin Discovery Mercury - fundo de investimento em participações	106	70
Austral II - fundo de investimento em participações	1.548	1.197
Oria Tech III Feeder - fundo de investimento em participações	1.532	1.640
Copa V Feeder Private - fundo de investimento em participações	1.490	1.192
Milenio Supernova - FIC de fundos de investimento multimercado	409	353
Lexis Feeder - fundo de investimento multimercado crédito privado	715	830
Dyna VI - fundo de investimento em participações	17	18
Solar II - fundo de investimento em participações	1.066	864
Ore Minin I - fundo de investimento em participações	391	319
Brio Real Estate III - FIC de fundos de investimento imobiliário	453	751
Brio Real Estate V- FIC de fundos de investimento imobiliário	340	164
Perfin Discovery II - fundo de investimento em participações	-	737
Perfin Infra II - fundo de investimento em participações	523	54
Perfin Mariner - fundo de investimento em participações	142	-
Ore Fosfato Morro Verde - fundo de investimento em participações	158	200
Outros ativos e passivos, líquidos	182	-26
	<u>315.389</u>	<u>276.396</u>

#### (iii) Composição do fundo JGP Solum FIM

	2025	2024
Títulos Públicos	89.658	81.888
Absolute Vertex IV - FIC de fundos de investimento multimercado	-	3.531
BNY Mellon ARX Liquidez J - fundo de investimento renda fixa	10.635	9.198
JGP Strategy - FIC de fundos de investimento multimercado	4.086	3.676
Legacy Capital J - FIC de fundos de investimento multimercado	-	2.143
JGP Equity Feeder II - FIC de fundos de investimento em ações	-	1.234
Oceana Long Biased J - FIC de fundos de investimento em ações	4.753	3.598
Squadra Long Biased WM - FIC de fundos de investimento em ações	2.627	2.030
ATMR Match - FIC de fundos de investimento em ações	1.549	1.102
ATMEJ - FIC de fundos de investimento em ações	1.073	765
Genoa Capital Vestas III - FIC de fundos de investimento multimercado	3.809	3.353
Itaú Janeiro Distribuidores - FIC de fundos de investimento multimercado	3.293	-
SPX Hornet JGP - FIC de fundos de investimento multimercado	2.107	-
Vinci SPS IV - FIC de fundos de investimento multimercado	287	-
Absoluto Partners OJ - FIC de fundos de investimento em ações	1.757	-
BTG Pactual Synergy Equity Hedge - FIC de fundos de investimento multimercado	1.981	-
Capstone Macro JGPWM - FIC de fundos de investimento multimercado	4.690	3.312
Illustrious - FIC de fundos de investimento multimercado	-	2.139
ATMRT - FIC de fundos de investimento em ações	2.553	1.836
Sharp Long Biased J - FIC de fundos de investimento em ações	4.412	3.182
Outros ativos e passivos, líquidos	14.977	10.536
	<u>154.247</u>	<u>133.523</u>

## FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

### 7. Imobilizado líquido

	% - Taxa de depreciação anual	2025		2024	2024
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10	281	(159)	122	148
Laboratórios	10	-	-	-	-
Equipamentos de informática	20	271	(172)	99	124
Máquinas e equipamentos	10	14	(7)	7	14
Instalações	10	66	(36)	30	38
Benfeitorias	20	885	(867)	18	92
Direitos de uso de imóvel	Prazo do contrato	2.097	(1.497)	600	878
		<u>3.614</u>	<u>(2.738)</u>	<u>876</u>	<u>1.294</u>

### Resumo de movimentação

	2024	Adições	Baixas líquidas/ outros	Depreciação	2025
Móveis e utensílios	148	5	-	(30)	123
Laboratórios	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	124	29	(5)	(48)	100
Máquinas e equipamentos	14	-	-	(7)	7
Instalações	38	-	-	(8)	30
Benfeitorias	92	16	-	(91)	17
Direitos de uso de imóvel	878	-	-	(278)	600
	<u>1.294</u>	<u>50</u>	<u>(5)</u>	<u>(462)</u>	<u>877</u>

### 8. Obrigações trabalhistas

	2025	2024
Provisão de férias e encargos	549	639
Provisão de 14º salário e encargos (i)	474	492
	<u>1.023</u>	<u>1.131</u>

(i) A provisão de 14º salário é feita considerando o atingimento de 110% das metas previstas para o ano. Esse percentual é baseado na avaliação periódica feita pela Administração com base em dezembro de 2025.

### 9. Passivo de arrendamento

A Fundação possui contrato de aluguel do escritório classificado como arrendamento que se enquadra no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Arrendamento (direito de uso)	2.097	2.096
Pagamentos	(1.497)	(1.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>600</u>	<u>877</u>
Circulante	300	277
Não circulante	300	600
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>600</u>	<u>877</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A composição da parcela do não circulante, em 31 de dezembro de 2025, por ano de vencimento é demonstrada a seguir:

Vencimentos das prestações	Valor
2027	300
	<u>300</u>

10. Provisão para contingências

A FMCSV, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em Março de 2017 a FMCSV ajuizou uma ação de natureza tributária, para o reconhecimento do direito à imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Carta Maior e regulamentada pelo art. 14 do CTN, no qual exime a exigência do recolhimento de todas as contribuições à Seguridade Social. Desde então, os recolhimentos destas contribuições (PIS s/ folha de Pagamento e INSS s/ folha pagamento parte empregador) foram efetuados através de depósitos judiciais, até setembro de 2023 aguardando a sentença final.

A Administração constituiu até o exercício de 2023 a provisão de contingências sobre o processo citado acima, no montante de R\$ 6.223 considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de desfechos desfavoráveis (perda possível), conforme avaliação dos seus assessores jurídicos. A partir de setembro de 2023 após análise de seus assessores e da administração, a FMCSV parou de realizar o pagamento via depósito judicial e passou a pagar as guias de forma regular avaliando que essa alteração não prejudicaria a sentença final.

A FMCSV não possui ações administrativas ou judiciais (como ré) de natureza tributária, trabalhista e cível, com probabilidade de perda provável, tampouco possível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da FMCSV foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social. Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, auferidos mediante o exercício de suas atividades, não são distribuídos a nenhum instituidor, conselheiro, funcionário, diretor, benfeitor ou equivalente, ou a qualquer outra pessoa física ou jurídica, aplicando a integralidade de suas receitas e recursos e eventual resultado operacional no território nacional, no desenvolvimento de seu objeto social.

No caso de extinção da FMCSV, o Conselho de Curadores, sob acompanhamento do órgão competente do Ministério Público, procederá à sua liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas e todos os atos de disposições que estimem necessários. Terminado o processo, o patrimônio residual da FMCSV será revertido, integralmente, para outra entidade de fins congêneres, de igual natureza, devidamente certificada como Entidade Beneficente de Assistência social ou entidades públicas, com objeto social similar ao da Fundação que preencha os requisitos legais a critério do Conselho de Curadores (Artigos 30 e 31 do Estatuto Social da FMCSV).

## 12. Remuneração dos membros da administração

De acordo com o estatuto social da FMCSV, os membros do Conselho de Curadores e do Conselho Fiscal não receberão qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas.

## 13. Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal

### a) Certificados, imunidades e isenções

A Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal foi declarada Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 31.419 de 18 de abril de 1990 e foi certificada como Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 27.895 de 20 de julho de 1989 alterado pelo Decreto nº 51.492, na data de 14 de maio de 2010.

A FMCSV obteve imunidade do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit por meio do Processo nº 200.505/67 e em conformidade com o artigo 150 da Constituição Federal.

A FMCSV desde o ano de 2012 é certificada anualmente com a isenção do Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Tal isenção foi obtida nos termos do disposto no Decreto 46.655/02, após o reconhecimento do papel da FMCSV enquanto organização vinculada à promoção de Direitos Humanos através do processo nº 000389/2017, recibo nº 967 pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. No ano de 2025, foi formalizado processo de renovação da isenção em relação ao ITCMD, o qual foi deferido para o período de 09/08/2025 à 09/08/2028.

A FMCSV desde o ano de 2023 está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS SP por meio da resolução Nº2075/2023, devendo apresentar periodicamente as manutenções subsequentes conforme cronograma do Conselho Municipal.

A FMCSV desde o ano de 2023 está inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - CMDCA por meio do processo nº 3000/23, o qual, em 2025, foi renovado até o dia 27/07/2029.

No dia 12/12/2023 a FMCSV protocolou junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o pedido de concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), o qual foi deferido para o período de 10/07/2025 à 09/07/2028, conforme a Portaria nº 61, de 7 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 10/07/2025, tendo, para fins tributários, efeitos retroativos desde a data do protocolo, na forma do artigo 36 da Lei Complementar 187/2021.

b) Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a FMCSV apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

- IR sobre rendimentos financeiros - Títulos e Valores Mobiliários;
- IR sobre rendimentos financeiros - Aplicações Financeiras;
- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias;
- Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD);
- Contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Na forma do artigo 4º da Lei Complementar 187/2021, essa imunidade é relativa a entidade beneficente, a todas as suas atividades e aos empregados e demais segurados da previdência social, mas não se estende a outra pessoa jurídica, ainda que constituída e mantida pela entidade à qual a certificação foi concedida e abrange as seguintes contribuições sociais:
  - I. Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
  - II. Incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos;
  - III. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar;
  - IV. Para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PSEP.

## FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 14. Receitas com patrocínios e doações

#### 14.1 Receitas com patrocínios e doações

	2025	2024
Receitas com doações de Pessoas Jurídicas	4.232	2.577

A FMCSV recebeu doações para investimento nos projetos sociais em que aporta recursos. Os recursos por financiador estão demonstrados no quadro a seguir.

#### 14.2 Receitas com patrocínios e doações

	2025	2024
Outras receitas das atividades	195	112

Foi registrado como Outras receitas das atividades a sublocação do escritório para os Institutos Sol e Ambikira e recursos de saldos não utilizados que foram devolvidos pelos parceiros

#### 14.3 Receitas com trabalho voluntário

	2025	2024
Trabalho voluntário	2.000	1.379

A Fundação valora as receitas com trabalhos voluntários, mensurando-as ao seu valor justo considerando os montantes que pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. Além do trabalho voluntário dos membros dos Conselhos e Comitês, a Fundação também registrou o trabalho voluntário dos seus Parceiros para o projeto Mês da Primeira Infância realizado em agosto de 2025, a confraternização dos 60 anos e incidência política. Os recursos por financiador estão demonstrados no quadro a seguir:

## FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

2025						
FINANCIADOR	ESCRITÓRIO PROJETOS	NCPI	POLÍTICAS PÚBLICAS	SENSIBILIZAÇÃO SOCIEDADE	TRABALHO VOLUNTÁRIO	TOTAL
BVL	-	844	497	109	-	1.450
GOOGLE EUA	-	-	-	649	-	649
INSTITUTO AMBIKIRA	21	-	-	-	-	21
INSTITUTO SOL	156	-	-	-	-	156
LIA AGUIAR	-	-	550	-	-	550
FJLES	-	-	219	-	-	219
INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA	-	-	-	172	-	-
MOVIMENTO BEM MAIOR	-	-	700	-	-	700
MICROSOFT	41	-	-	-	-	41
PORTICUS	-	143	155	-	-	298
PRI	9	-	-	-	-	9
PNUD	-	-	9	-	-	9
TECENDO INFÂNCIAS	-	-	-	-	-	-
VELEZREYES	-	-	153	-	-	-
VOLUNTÁRIOS	-	-	-	-	2.000	2.000
	227	987	2.283	930	2.000	6.427

2024						
FINANCIADOR	ESCRITÓRIO PROJETOS	NCPI	POLÍTICAS PÚBLICAS	SENSIBILIZAÇÃO SOCIEDADE	TRABALHO VOLUNTÁRIO	TOTAL
ASTEF	-	-	112	-	-	112
BVL	-	30	-	-	-	30
GOOGLE EUA	-	-	-	671	-	671
MBM	-	124	-	-	-	124
MICROSOFT	57	-	-	-	-	57
PRAGMA	-	-	100	-	-	100
PERFIN	-	-	75	-	-	75
PORTICUS	-	751	469	-	-	1.220
TECENDO INFÂNCIAS	-	-	300	-	-	300
VOLUNTÁRIOS	-	-	-	-	1.379	1.379
	57	905	1.056	671	1.379	4.068

### 15. Custos com programas e projetos sociais

Todas as iniciativas estão estruturadas por eixos temáticos e partem da premissa da atuação da FMCSV de promover ações intersetoriais para benefício da Primeira Infância dentro do território brasileiro.

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de acordo com as naturezas dos serviços prestados nos projetos e atividades, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às atividades da FMCSV.

Para fins de enquadramento nas atividades certificáveis expressas na Resolução 27/2011 e na Nota Técnica 18/2018, ora norteadoras das organizações da sociedade civil que atuam no Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos, abaixo o detalhamento dos custos dos programas entre atividades certificáveis, não certificáveis e custo com o pessoal programático destacado, pois a equipe foi transversal em ambos.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025, os principais projetos estão apresentados da seguinte forma:

	2025	2024
Custos com programas e projetos	(25.844)	(22.460)

2025						
	I)	II)	III)	IV)	IX)	
Descrição	ESCRITÓRIO PROJETOS	NCPI	POLÍTICAS PÚBLICAS	SENSIBILIZAÇÃO SOCIEDADE	CUSTO PESSOAL	TOTAL
<b>Projetos certificáveis</b>	-	(2.019)	(7.831)	(292)		(10.142)
Serviços de terceiros	-	(565)	(5.710)	(292)		(6.567)
Viagens	-	(694)	(310)			(1.004)
Patrocínio e doações	-	(760)	(1.811)			(2.571)
Impostos e taxas	-		-			0
Trabalho voluntário						0
<b>Projetos não certificáveis</b>	(544)	(21)	(878)	(8.083)		(9.526)
Serviços de terceiros	(468)	(5)	(19)	(6.119)		(6.611)
Viagens	(74)	(16)	(332)	(106)		(528)
Patrocínio e doações		-	(497)	(693)		(1.190)
Impostos e taxas	(2)	-	-	(15)		(17)
Trabalho voluntário			(30)	(1.150)		(1.180)
<b>Pessoal</b>					(6.176)	(6.176)
	(544)	(2.040)	(8.709)	(8.375)	(6.176)	(25.844)

2024						
	I)	II)	III)	IV)	IX)	
Descrição	ESCRITÓRIO PROJETOS	NCPI	POLÍTICAS PÚBLICAS	SENSIBILIZAÇÃO SOCIEDADE	CUSTO PESSOAL	TOTAL
<b>Projetos certificáveis</b>	-	(2.189)	(4.636)	(577)	-	(7.402)
Serviços de terceiros	-	(783)	(3.106)	(575)	-	(4.464)
Viagens	-	(624)	(268)	(2)	-	(894)
Patrocínio e doações	-	(781)	(1.262)	-	-	(2.043)
Impostos e taxas	-	(1)	-	-	-	(1)
Trabalho voluntário						
<b>Projetos não certificáveis</b>	(1.048)	(231)	(1.603)	(6.556)	-	(9.438)
Serviços de terceiros	(827)	(230)	(240)	(5.351)	-	(6.648)
Viagens	(76)	(1)	(345)	(125)	-	(547)
Patrocínio e doações	(50)	-	(1.017)	(739)	-	(1.806)
Impostos e taxas	(4)	-	(1)	(14)	-	(19)
Trabalho voluntário	(91)	-	-	(327)	-	(418)
<b>Pessoal</b>					(5.620)	(5.620)
	(1.048)	(2.420)	(6.239)	(7.133)	(5.620)	(22.460)

I) Escritório de projetos

Escritório de projetos é a área responsável por apoiar o planejamento e monitoramento da estratégia e do portfólio de projetos da Fundação. Dentro do seu escopo, a área também coordena as diretrizes para a gestão de conhecimento, consolida as políticas de gestão e processos operacionais e apoia a comunicação para as diferentes instâncias de governança institucional. Trabalha em parceria com as frentes de Controladoria, Recursos Humanos e Jurídico para uma visão sistêmica do andamento das atividades da Fundação.

II) NCPI

O Núcleo Ciência Pela Infância é uma coalizão que tem como propósito produzir e disseminar conhecimento científico sobre o desenvolvimento na primeira infância, qualificando lideranças da gestão pública, sociedade civil e academia. Sua atuação busca fortalecer políticas públicas para a redução das desigualdades raciais, regionais e socioeconômicas que impactam as múltiplas infâncias no Brasil.

Como backbone do Núcleo Ciência pela Infância, a FMCSV tem papel central na estruturação da coalizão, que conta com apoio técnico, estratégico e financeiro de outras quatro organizações parceiras: Fundação Van Leer, David Rockefeller for Latin American Studies da Universidade Harvard, Insper e Porticus América Latina.

O NCPI consolidou suas ações por meio de iniciativas como o Comitê Científico, o Prêmio Ciência Pela Primeira Infância, o Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância e a Comunidade de Lideranças formada por egressos do programa.

III) Políticas Públicas

Assessoramento técnico e mobilização de lideranças para a construção, aprimoramento e fortalecimento de políticas públicas para a primeira infância e seus cuidadores, garantindo acesso equitativo e atendimento de qualidade às múltiplas infâncias é uma das estratégias de atuação da Fundação com foco nas seguintes temáticas:

- Educação infantil: primeira etapa da educação básica, que inclui a creche e a pré-escola, é um direito constitucional de todas as crianças brasileiras e um pilar essencial para o desenvolvimento e a aprendizagem nos primeiros anos de vida. A educação infantil é uma prioridade estratégica porque é nela que se constrói a base para o desenvolvimento pleno e o aprendizado futuro. A Fundação defende a oferta de creche para quem quer ou precisa e da pré-escola para todos, com qualidade e equidade;

- Parentalidade: relação entre o adulto e a criança que desempenha um papel central no desenvolvimento na primeira infância. A parentalidade foi escolhida como um dos temas prioritários da Fundação pois é preciso fortalecer quem cuida e apoiar as famílias com crianças na primeira infância, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade. Uma das formas de atuação da Fundação para essa temática é no assessoramento de políticas públicas e programas voltados a proteção e assistência social;
- Avaliação do Desenvolvimento Infantil: acompanhar o processo de desenvolvimento de cada criança é essencial para assegurar que ela alcance todo o seu potencial. A insuficiência de informações sobre acompanhamento individual e populacional do desenvolvimento infantil é um obstáculo para o planejamento e a eficácia das políticas públicas, por isso a Fundação apoia iniciativas que incentivem essa prática.

#### IV) Sensibilização da Sociedade

A Fundação atua também para sensibilizar famílias, formadores de opinião e toda a sociedade sobre a importância dos primeiros anos de vida e mobilizá-los para essa causa.

As famílias com crianças na primeira infância, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade, são o foco das políticas públicas que a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal busca fortalecer. Esse também é um público prioritário nas ações de sensibilização para que possam ter acesso a informações de qualidade sobre seus direitos e a importância dessa fase da vida.

Além disso, os formadores de opinião, como jornalistas, comunicadores e influenciadores digitais, têm o poder de pautar o debate público sobre a importância da primeira infância. Uma sociedade bem-informada entende o valor dos primeiros anos de vida e exige iniciativas e políticas públicas de qualidade que protejam e promovam os direitos das crianças. A Fundação tem como pilar de atuação a disseminação da causa e de suas iniciativas nos canais digitais e na imprensa, além de promover formações, produzir ferramentas e materiais e fomentar a pauta em parceria com diferentes organizações.

Os detalhes de todas as iniciativas realizadas encontram-se no Relatório de atividades 2025 no site da FMCSV (<http://www.fmcsv.org.br>).

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Despesas com pessoal

	Custos com programas e projetos sociais		Despesas administrativas	
	2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados	(3.750)	(3.149)	(1.412)	(1.397)
Obrigações sociais e trabalhistas	(623)	(973)	(426)	(868)
Benefícios	(1.204)	(971)	(719)	(648)
Férias	(341)	(315)	(230)	(239)
13º Salário	(254)	(210)	(194)	(183)
Outros	(4)	(2)	(1)	(1)
	<u>(6.176)</u>	<u>(5.620)</u>	<u>(2.982)</u>	<u>(3.336)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Condomínio e IPTU	(335)	(328)
Telefone	(34)	(33)
Internet	(5)	(5)
Água e luz	(10)	(11)
Outros	(316)	(290)
	<u>(701)</u>	<u>(667)</u>

18. Despesas com serviços de terceiros

	2025	2024
Auditoria e contabilidade	(190)	(189)
Advogados	-	-
Consultorias diversas	(107)	(176)
Serviços relacionadas à TI	(338)	(354)
Outros	(187)	(139)
	<u>(822)</u>	<u>858)</u>

19. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Ajustes ao valor de justo das aplicações em fundos de investimentos (fundo patrimonial)	122.199	40.916
Rendimentos de aplicações financeiras	972	744
Variação monetária ativa	2	-
	<u>123.173</u>	<u>41.660</u>
Despesas financeiras		
Ajustes ao valor de justo das aplicações em fundos de investimentos (fundo patrimonial)	(11.176)	(46.529)
	<u>111.997</u>	<u>(4.869)</u>

## 20. Instrumentos financeiros

A FMCSV opera com instrumentos financeiros que incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a pagar e recursos a aplicar. A FMCSV não opera instrumentos derivativos diretamente.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da FMCSV estão sujeitos aos seguintes principais fatores de risco:

### Risco de mercado

O valor dos ativos que integram os fundos de investimento em que a FMCSV investe pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços, juros e cotações de mercado. O risco de mercado associado a variações em preços de ativos é monitorado pelo consultor de investimentos e utiliza-se dos seguintes instrumentos:

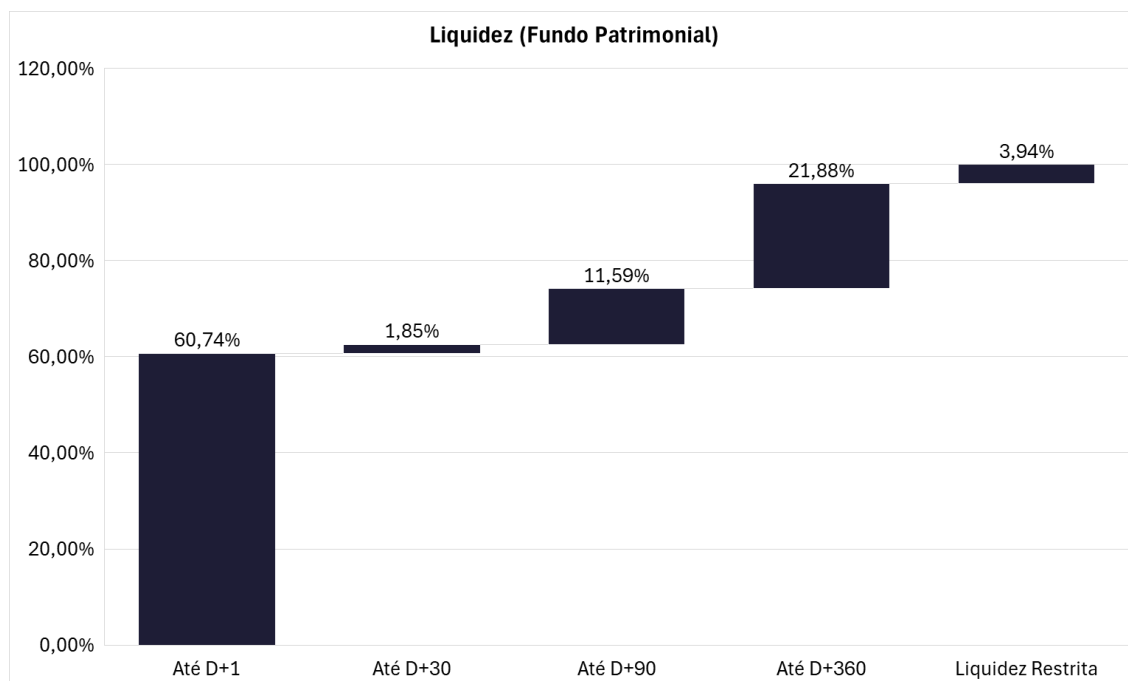
- *Value-at-Risk (VaR)* que é a perda máxima esperada de uma carteira dada a volatilidade dos preços de ativos de mercado em um intervalo de tempo. O modelo de VaR adotado prevê um horizonte de tempo de 21 dias úteis e um nível de confiança de 95%;
- Teste de estresse que demonstra qual é a perda de uma carteira dado um cenário negativo extremo de acordo com premissas de mercado;
- Drawdown esperado que é a perda máxima estimada em período contínuo entre o valor máximo e o valor mínimo atingidos.

### Risco de liquidez

Caso a FMCSV tenha dificuldades em converter seus ativos em caixa, isso pode ocasionar dificuldades no cumprimento dos passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Baseando-se em uma metodologia de Gestão de Ativos e Passivos objetivando a perpetuação das atividades e do patrimônio da FMCSV, foi estabelecido, em seu Estatuto Social, o limite de 5% de utilização anual dos recursos do fundo patrimonial para a consecução de seu objeto social. Desta forma, não são vislumbradas necessidades de saques do fundo patrimonial significativas no curto prazo. Não obstante, a gestão de risco de liquidez garante que a maior parte do fundo patrimonial da FMCSV esteja alocada em ativos de alta liquidez, de acordo com uma organização sem fins lucrativos cujas atividades sociais dependem dos recursos oriundos do seu fundo patrimonial.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área de Operações e aprovada pelo Conselho de Curadores. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a FMCSV tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. De forma complementar, demonstramos a posição de liquidez da carteira com o percentual resgatável do fundo patrimonial em função do prazo, expresso em dias.



### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da aplicação de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e através dos fundos de investimento. A Política de Investimentos da FMCSV define que os investimentos com risco de crédito sejam realizados em emissores com melhores *ratings* e *grau de investimento*, visando mitigar o risco de eventos adversos.

### 21. Cobertura de seguros

Em 2025 a FMCSV contratou, além do seguro do imóvel que visa cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, o seguro de Responsabilidade Civil de Gestores (*Directors & Officers Liability - D&O*) que visa proteger o patrimônio dos diretores não estatutários e conselheiros (Curador e Fiscal) da FMCSV em processos movidos contra eles decorrentes de atos de sua gestão na Fundação (sendo excluídos dessa cobertura fraudes ou atos dolosos).

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

22. Compromissos

Os principais compromissos com fornecedores referem-se ao desenvolvimento de projetos de longo prazo todos com foco na primeira infância, tendo como destaques:

- Aprimoramento do programa criança feliz - integração SUAS-SUS;
- Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância - Contrato firmado até 2029;
- Escala global de desenvolvimento infantil - GSED: estudo de definição de normas e padrão e avaliação individual;
- Coalisão Pré-escola nos Estados;
- Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância
- International Early Learning and Child Well-Being Study (IELS-OCDE)

O montante e fluxo estimado de desembolso referente aos projetos a realizar são:

Até 1 ano	(8.177)
De 1 a 3 anos	(1.000)
De 3 a 5 anos	(500)
	<hr/>
	<u>(9.677)</u>

23. Avais, fianças e garantias

A FMCSV não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2025 e 2024.